

Caio Prado Júnior e o desenvolvimento econômico brasileiro

João Antônio de Paula¹

Resumo: trata-se de artigo que analisa um texto pouco conhecido de Caio Prado Júnior - sua tese de titulação apresentada à Faculdade de Direito da USP, em 1954. Neste texto, Caio Prado, ao lado de discutir as principais teses sobre o desenvolvimento brasileiro, então em debate, em particular as teses cepalinas, busca estabelecer os limites das propostas para o desenvolvimento econômico brasileiro, que não enfrentassem a necessidade de ampliação do mercado interno, mediante processos efetivos de distribuição da renda e da riqueza.

Palavras-chave: desenvolvimento econômico; Brasil; Caio Prado Júnior.

Classificação JEL: N00

Abstract: This article discusses a little-known text by Caio Prado Júnior: his dissertation presented in 1954 to the Law School at the Universidade de São Paulo. Caio Prado's dissertation examines the main theses on the Brazilian development, particularly the ECLAC's theses. He also seeks to establish the limits of those propositions on the Brazilian development economic that did not face the necessity of increasing the domestic market by means of the distribution of income and wealth.

Key words: economic development; Brazil; Caio Prado Júnior

JEL Classification: N00

Introdução

Em agosto de 1954 Caio Prado Júnior apresentou tese para concorrer à cátedra de Economia Política da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, que acabou não obtendo o primeiro lugar no concurso, dando-se ao seu autor o título de livre-docente. Desde 1933, com **Evolução Política do Brasil**, seu primeiro livro, Caio Prado Júnior vinha dando mostras de invulgar acuidade crítica e capacidade de pesquisa, arrostando perigos e preconceitos com militância política desassombrada ao lado dos que lutavam pela revolução socialista. Isso lhe valeu prisão e exílio, que não lhe arrefeceram o ânimo, mantendo-se ele à esquerda até o fim da sua vida, em 1990 (IGLÉSIAS, 1982).

Nascido em 1907, em São Paulo, Caio Prado Júnior foi autor de trabalhos significativos em vários campos das ciências sociais (economia, geografia, história, política), tendo se dedicado também à filosofia. Sua obra tem

Recebido para publicação em 23/08/2005. Liberado para publicação em 30/03/2006

¹ Professor e pesquisador do CEDEPLAR/FACE/UFMG

sido reconhecida como uma original e pioneira aplicação, entre nós, do marxismo como instrumento analítico, sobretudo no campo da história (RICUPERO, 2000; SANTOS, 2001). Sua história da América Portuguesa, no livro **Formação do Brasil Contemporâneo**, de 1942, é uma das mais influentes e fecundas matrizes de interpretação do Brasil. Questionada em certos aspectos, a partir dos anos 1970, a visão de Caio Prado Júnior, devidamente considerada, continua, no essencial, a ser referência decisiva no esforço de construção de uma história do Brasil, que, certamente, deverá incorporar outras contribuições e perspectivas (D'INCAO, 1989).

É necessário reconhecer, como em qualquer caso, as limitações do livro **Formação do Brasil Contemporâneo**, mas torna-se importante reafirmar, ao mesmo tempo, suas virtudes, sobretudo uma que parece decisiva, que é o fato de Caio Prado Júnior ter buscado entender a colonização portuguesa, a presença e a empresa portuguesa na América, no contexto das grandes transformações que a Europa, que o mundo viviam, a partir do conjunto de processos que têm sido chamados de constituintes da modernidade, e de que a conquista e colonização do Novo Mundo é capítulo importante.

Não se pretende com o que foi dito aqui reiteração de unilateralismo, de hipertrofia da dimensão metropolitana e “circulacionista” em detrimento, e mesmo anulação, das formas concretas da vida colonial, que isto só pode ser atribuído a Caio Prado Júnior como parte de estratégia polêmica que, incompreensiva, busque desnaturar o que se pretende combater.

De resto, é possível mostrar, sem maior esforço, a compatibilidade entre o essencial da tese de Caio Prado Júnior, a colonização ibérica, como capítulo da acumulação primitiva do capital, com as contribuições, de resto significativas, que têm apontado de um lado para a existência de processos, que recomendam que se fale em “modo de produção colonial” e de outro lado para que se busque entender estas realidades à luz de interações mais amplas e complexas, seja no âmbito intra e intercolonial, seja no plano das relações intermetropolitanas.

Contudo, o que se vai discutir aqui não são as questões decorrentes do debate historiográfico, que tem a obra de Caio Prado Júnior como referência, senão que sua tese de cátedra, de 1954, **Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira**. Cinquenta anos passados é oportuno porque revelador voltar ao texto de Caio Prado Júnior à luz do acontecido, desde 1954, no referente à vida econômica e social brasileira. Em particular, trata-se de buscar acompanhar as vicissitudes tanto dos esforços concretos, quando das interpretações sobre o desenvolvimento brasileiro, num período em que o Brasil experimentou tanto elevadas taxas de crescimento de seu produto, quando significativos processos de modernização e urbanização, sem que isto tenha resultado, de fato, em obtenção do seu desenvolvimento econômico, que, não só, não ocorreu, quanto

mesmo é possível reconhecer certa regressão, sobretudo no referente ao virtual *apartheid social* que domina o Brasil contemporâneo. Recuperar essa dimensão pouco lembrada da obra de Caio Prado Júnior e procurar extrair daí conseqüências para a contemporaneidade é a melhor maneira de buscar entender alguém que fez da inteligência um compromisso com a transformação social.

1. A emergência da questão do desenvolvimento econômico

Em 1954 foram publicados no Brasil dois livros fundamentais para a economia política brasileira: **Economia Brasileira**, de Celso Furtado, e **Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira**, de Caio Prado Júnior. Discordantes por vezes, mas convergentes em vários aspectos, sobretudo num e decisivo, na busca do desenvolvimento econômico, os dois livros são manifestações de uma época, que redescobriu que a desigualdade econômica, política e social entre os países não era fruto de leis naturais e inexoráveis, mas resultado de assimetrias e desigualdades historicamente construídas a partir de determinadas relações econômico-sociais. Esse tempo, marcado pela urgência e pelo compromisso, foi tanto o da eclosão de várias perspectivas críticas - que buscaram apontar os limites do pensamento econômico convencional, a tradição liberal-neoclássica, em dar conta do fenômeno assim batizado de **subdesenvolvimento** - quanto da busca dos instrumentos teóricos e práticos, técnicos e políticos, capazes de superá-lo mediante a construção do desenvolvimento econômico-social como processo de universalização dos frutos do progresso científico e tecnológico.

Tempo de urgência e compromissos, de criatividade e engajamento, em que a profissão e o fazer dos economistas mostraram-se dignos do respeito coletivo.

Os trabalhos pioneiros de Raul Prebisch na CEPAL, no final da década dos 1940, abriram uma temporada de contribuições decisivas para a construção de uma "teoria do desenvolvimento econômico", de que são manifestações exemplares os livros de W. Arthur Lewis, de 1955 - **Teoria do Desenvolvimento Econômico**; de Gunnar Myrdal, de 1956, **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**; de Albert Hirschman - **Estratégia do Desenvolvimento Econômico**, de 1958. Esses livros, diferentes sob diversos aspectos, referenciados a matrizes teóricas distintas, têm em comum o fato de se afastarem da ortodoxia no pensamento econômico dominante, então e hoje, que não reconhece a especificidade histórica da realidade dos países periféricos, subdesenvolvidos, senão que os vêem como refratários, e por isto mesmo penalizáveis, a aceitarem as regras do mercado como ditados insubstituíveis e

incontrastáveis. Uma versão extremada desta posição, que mesmo ressuscita certo determinismo racio-climático, está no livro de David Landes – **Riqueza e Pobreza das Nações**, que não tem dúvidas em atribuir à resistência dos países pobres a aceitarem o capitalismo, a propriedade privada e a competição, a raiz de todas as suas mazelas e crônicas debilidades (LANDES, 1998).

Na verdade, o livro de Landes faz parte de tendência recorrente do pensamento conservador que, com frequência e sucesso bastante discutível, tenta invalidar certas teses, que seriam inconvenientes para os que se comprazem em afirmar a imposição do capitalismo como uma sucessão de eventos virtuosos. Foi assim, nos anos 1950/60, com o chamado debate sobre o padrão de vida dos trabalhadores decorrente da Revolução Industrial de que tomou parte Hobsbawm (HOBSBAWM, 1981). Tem sido assim, nos anos 1990, quando vários autores, do cliometrista Patrick O'Brien ao historiador David Landes, tentam negar seja a relevância do passado colonial, seja o papel do imperialismo como determinantes na explicação da pobreza de certas nações.

No pós Segunda Guerra Mundial as correntes hegemônicas no pensamento econômico foram confrontadas com perspectivas que se recusaram a aceitar a tese de que o atraso econômico, de que a pobreza e o subdesenvolvimento decorreriam de uma simples defasagem temporal. A tese em questão dizia, grosso modo, que o subdesenvolvimento não era senão o resultado da tardia entrada de certos países no processo de modernização. Por essa visão, a desigualdade entre os países ricos e os países pobres seria superada assim que os países pobres tivessem tempo para trilharem o caminho único e inevitável do desenvolvimento, isto é, adotassem o capitalismo em sua versão liberal-utilitarista.

Essa crença-programa, que marcou, por longo tempo, desde o século XVIII, o pensamento econômico, nunca foi aceita consensualmente. Lembre-se, nesse sentido, o pensamento econômico alemão, sua Escola Histórica, que sempre se negou a adotar o “paradigma clássico-neoclássico”, insistindo na importância do estado como instrumento decisivo para o desenvolvimento econômico da nação.

Assim, não há que se falar em invenção quando, nos anos 1950, um conjunto de autores, de filiações teóricas diversas, tanto apontaram as especificidades da realidade econômica dos países subdesenvolvidos quanto apontam a incapacidade do pensamento econômico neoclássico de dar conta daquelas realidades.

A emergência dessas perspectivas, que podem ser chamadas de constituintes de uma economia política dos países subdesenvolvidos, está, é certo, profundamente relacionada a dois fenômenos de grande envergadura: a crise da tradição liberal depois de seu fracasso na detecção e enfrentamento da

crise dos anos 1930; os significativos sucessos da intervenção estatal na economia seja no caso da estratégia keynesiana/Bem-estar-social, seja na modalidade soviética.

Nesse contexto de significativas contribuições no sentido de uma teoria do desenvolvimento, a tese de Caio Prado Júnior destaca-se por pelo menos quatro razões: a) pela ampla mobilização de conhecimentos históricos que realiza; b) pela consistência e segurança da argumentação; c) pelas implicações políticas que decorrem de sua análise; d) pela compreensão de conjunto da realidade econômica brasileira. Uma virtude decisiva presente na tese de Caio Prado Júnior é a sua notável acuidade crítica. É essa acuidade crítica que lhe permitiu apontar algo que só muito mais tarde vai ficar claro para outros analistas. Trata-se do argumento de Caio Prado Júnior de que o desenvolvimento econômico nem significa simples “substituição de importações”, nem mesmo simples “difusão da técnica moderna”. Diz ele – “o problema de países periféricos de nosso tipo não consiste simplesmente em serem atendidos pela “propagação de técnica moderna”, e adotarem em consequência essa técnica, e sim de **criarem as condições para isso**, o que é bem diferente. E sobretudo, colocarem essa técnica a serviço de um objetivo de antemão determinado: determinação essa que constitui o ponto mais complexo da questão. De altíssimo nível técnico são as refinarias de petróleo da Venezuela e do Oriente, mas nem por isso elas significam muita coisa para esses países e suas populações.” (PRADO JÚNIOR, 1954, p. 171).

A crítica explícita aqui contida às teses da CEPAL não significa negar as suas significativas contribuições para a compreensão e a luta pelo desenvolvimento da América Latina, senão que é a manifestação de uma apreensão da realidade econômica considerada como totalidade complexa e contraditória a partir de uma radicalidade analítica que, indo à raiz das questões, surpreendia seus nexos e determinações essenciais. De resto o texto de Caio Prado Júnior permite ainda uma outra conclusão decisiva, passados 50 anos, e muitos avanços técnicos depois ocorridos no Brasil e em outros países periféricos, e eles continuam aquém do desenvolvimento econômico efetivo.

2. Diretrizes para uma política econômica brasileira

Com esse título Caio Prado Júnior apresentou sua tese à cadeira de Economia Política da USP, Faculdade de Direito, em 1954. Texto severo, de fisionomia algo jansenista, esta obra de Caio Prado Júnior dá mostras de que o autor estava atualizado em relação à literatura pertinente sobre a temática, ainda que, reiterando característica de seu estilo, haja um mínimo de referências a autores - são citados 21 apenas, ao todo, num livro de 241 páginas. Essa

contenção na utilização de bibliografia abonadora é o outro lado de uma estrutura expositiva cerrada e rigorosa onde não há lugar para tempos mortos, onde tudo é mobilização constante no sentido do enfrentar o central do argumento. Dividida em 7 capítulos a tese de Caio Prado Júnior poderia ser resumida assim: I) a necessidade da perspectiva histórica na análise da economia brasileira; II) da condição colonial ao subdesenvolvimento; III) características da economia semicolonial, subdesenvolvida, brasileira; IV) a debilidade do mercado interno brasileiro; V) a dependência externa da economia brasileira; VI) limitações do processo de desenvolvimento econômico brasileiro sem transformações estruturais; VII) reformas estruturais necessárias para a construção do efetivo processo de desenvolvimento econômico brasileiro.

A posição de Caio Prado tem, preliminarmente, duas características dignas de nota: de um lado ela faz parte de um grande debate do início dos anos 1950, em torno da questão do desenvolvimento. Desse debate vão participar “economistas” brasileiros e estrangeiros – Eugênio Gudín, Roberto Simonsen, Celso Furtado, Raul Prebisch, Ragnar Nurkse, Jacob Viner, Hans Singer – entre outros, envolvendo temas como a deterioração dos termos de troca, a validade e eficácia do planejamento econômico, as fontes de financiamento para o desenvolvimento, a importância do mercado interno e dos capitais externos no processo de desenvolvimento. De outro lado, a posição de Caio Prado Júnior, naquele contexto, vai se diferenciar, sobretudo, porque trará para o debate um ponto de vista teórico e metodológico – o marxismo – do qual ele será o único praticante.

Trata-se, como vários intérpretes de sua obra destacaram, de um “marxismo estranho” tanto por sua originalidade, quanto por sua explícita reivindicação eclética. Isto é, um marxismo que não hesitava em reconhecer certa validade, limitada, é certo, às teses keynesianas. Diz assim – “Embora as condições do Brasil sejam tão profundamente distintas daquelas para as quais teorizaram e indicaram os economistas da “revolução keynesiana”, essa “revolução” e a autoridade que traz no seu bojo podem servir entre nós pelo menos para facilitarem o deslocamento do ponto de vista de muitos economistas e orientadores da política econômica do país, da questão da produção para o consumo; o que no Brasil, e nas condições atuais é particularmente importante (...)” (PRADO JÚNIOR, 1954, p. 197).

Ao apontar a importância das categorias da demanda, do consumo, no processo de desenvolvimento brasileiro, Caio Prado Júnior está adotando um ponto de vista, o da centralidade do mercado interno, que vai coincidir com o de Celso Furtado, que também advoga o mesmo princípio em seu livro **A Economia Brasileira**, de 1954. (FURTADO, 1954, pp. 39-41).

Caio Prado Júnior e o desenvolvimento econômico brasileiro

Se por um lado Caio Prado Júnior reconhece, junto com Furtado, a validade de certas teses keynesianas, por outro esse reconhecimento não significa adesão ao essencial do arcabouço keynesiano. Diz ele - “É claro, segundo penso, que toda a recente teoria econômica de prevenção e terapêutica anticíclicas não tem e não pode ter projeção futura muito grande, porque em matéria de aprofundamento das contradições do sistema capitalista, ele não vai muito além do reconhecimento que tais contradições são mais profundas do que pensava a Economia Política Clássica”. De qualquer modo - “A Nova Economia vem assim ao encontro, de certa forma, das necessidades teóricas de uma Economia a ser elaborada para nossas condições, nossos fins e propósitos”. (PRADO JÚNIOR, 1954, pp. 197 e 199).

Essa questão, a da centralidade do mercado interno no processo de desenvolvimento econômico efetivo tem, na perspectiva de Caio Prado Júnior, um sentido e uma radicalidade que antecipam temas e propostas, como a da Reforma Agrária, que ainda não eram postos então com a força que terão no final dos anos 1950 até 1964.

Tomada em sua totalidade, a posição de Caio Prado Júnior reitera algo que sendo atributo do marxismo, do marxismo bem compreendido, a capacidade de dialogar e apropriar-se, sem perda de consistência, de conceitos e teses derivados de outros campos teóricos, não é trivial. No caso isso significou trazer, para uma interpretação marxista da realidade econômica brasileira, certas teses keynesianas, a centralidade da categoria da demanda, na medida em que essas teses mostravam-se adequadas no enfrentamento da grande questão, o grande desafio da economia brasileira de então, e que em grandes traços ainda se manteve, e que é a debilidade de seu mercado interno, isto é, a debilidade de um dos pilares do modo de produção especificamente capitalista. Na vigência dessa debilidade, dessa base estreita da acumulação interna de capital, o capitalismo que vai se desenvolver no Brasil foi chamado por Caio Prado Júnior de “dependente, de colonial”. Diz ele - “o vício que corrói a economia de boa parte do Brasil não é um nível técnico baixo, e sim a insignificância dos mercados; é aí que se situa o ponto nevrálgico do círculo vicioso que se trata de romper a fim de revitalizar a economia do país, ou de importantes setores dele”. (PRADO JÚNIOR, 1954, p. 115).

Por outro lado, a posição de Caio Prado Júnior não resultará em defender autarquização. Veja-se o trecho - “Não pretendo com isso dizer que devemos aspirar a uma auto-suficiência econômica e isolamento comercial, o que em qualquer circunstância do mundo moderno constitui uma utopia; e que no caso em particular não é nem imaginável”. (...) “Em outras palavras e mais precisamente, trata-se de cuidar com a maior atenção do movimento de nossas transações externas, tirando delas o máximo e necessário proveito para que elas

João Antônio de Paula

representem cada vez com menor destaque o papel de fulcro da economia brasileira que atualmente constituem". (PRADO JÚNIOR, 1954, pp. 223-224).

Do mesmo modo que critica por inconsistente a tese da "autarcização" da economia brasileira, Caio Prado Júnior também é preciso no apontar o equívoco de políticas de substituição de importações baseadas apenas na depreciação cambial e proteção alfandegária. Diz ele - "A maior parte das indústrias brasileiras viverá prioritariamente da contínua depreciação cambial e das pesadas tarifas alfandegárias que graças a esta desvalorização se faziam cada vez maiores. Não haverá para elas, ou haverá em grau insuficiente, a luta pela conquista e alargamento dos mercados que constitui o grande estímulo progressista das empresas capitalistas e o responsável principal do vertiginoso desenvolvimento da indústria moderna". (PRADO JÚNIOR, 1954, p. 129).

Essa postura que torna relativo o modo tradicional de encaminhamento do processo de substituição de importações mostrou-se - sabemos hoje - inteiramente pertinente. O significativo processo de substituição de importações vivido pelo Brasil nos anos 1950 e mesmo a vigorosa expansão industrial dos anos 1970, não reverteram o essencial do quadro de dependência da economia na medida em que não tiveram como suporte a ampliação do mercado interno, constrangido pela permanência da concentração da renda e da riqueza.

Há ainda um outro aspecto em que a posição de Caio Prado Júnior apresentava-se mais acurada que o prevalecente então nas teorias do desenvolvimento, como a cepalina. Trata-se do referente ao papel do progresso técnico no desenvolvimento econômico. Para Caio Prado Júnior a teoria cepalina teria considerado o progresso tecnológico como um problema de "difusão", de "propagação". Diz ele - "O problema de países periféricos de nosso tipo não consiste simplesmente em serem atingidos pela propagação da técnica moderna", e adotarem em consequência essa técnica, e sim de **criarem as condições para isso**, o que é bem diferente. É sobretudo, colocarem essa técnica a serviço de um objetivo de antemão determinado; determinação essa que constitui o ponto mais complexo da questão". (PRADO JÚNIOR, 1954, p. 171).

De novo, saliente-se o quanto a posição de Caio Prado Júnior enquadra a questão do progresso tecnológico de um ponto de vista significativamente mais complexo e contemporâneo, na medida em que aponta para a centralidade da necessidade de se criar internamente ao país as condições para o desenvolvimento técnico e colocar este desenvolvimento como devendo fazer parte de um objetivo pré-determinado, isto é, de um projeto global, um projeto de desenvolvimento nacional.

Tanto no trecho anterior como no essencial de seus argumentos Caio Prado Júnior sublinha, sistematicamente, a compreensão de que o

desenvolvimento implica tanto em mudanças quantitativas, quanto qualitativas. Se essa é uma dimensão importante a ser considerada, mais decisiva é a compreensão de que o processo de desenvolvimento é sempre um processo de escolha, é sempre uma opção entre interesses e perspectivas histórica e materialmente determinadas. Disse Caio Prado Júnior - “estamos em face de duas perspectivas que se excluem, e entre as quais devemos optar: ou o *status-quo* e a perpetuação do sistema atualmente predominante na economia brasileira, ou a renovação e transformação desse sistema”. (PRADO JÚNIOR, 1954, pp. 182-183).

Caio Prado Júnior, como se sabe, fez sua escolha. Essa escolha, sendo estruturalmente socialista, no referente às políticas necessárias ao desenvolvimento econômico brasileiro, naquele contexto, não implicava em ruptura com o capitalismo. Diz ele - “é dentro das relações capitalistas de produção que se propõe a política preconizada, pois essa política precisamente e essencialmente consiste em desenvolver os fatores econômicos que constituem os principais estímulos do mecanismo capitalista, a saber, o mercado. Se reformas se propõem, é justamente porque esses estímulos ou são insuficientes, ou atuam de maneira inconveniente para o desenvolvimento adequado, dentro dos quadros do capitalismo, de nossas forças produtivas”. (PRADO JÚNIOR, 1954, pp. 227-228).

Dentro dessa perspectiva, de que o desenvolvimento econômico brasileiro, naquele contexto, far-se-ia nos quadros do capitalismo tanto a sua radical proposta de monopólio estatal do comércio, quanto a Reforma Agrária são instrumentos que, obstaculizando a soberania da propriedade privada, criam, de fato, as condições para a superação de dependência colonial da economia brasileira. Diz ele - “É nesse setor das relações financeiras internacionais onde se entrosam os elementos constituintes fundamentais do sistema colonial de nossa economia, é aí e por isso mesmo que se situam as alavancas principais do funcionamento daquele sistema e, pois da economia brasileira em geral”. (...) “A evasão de divisas de um lado, e o desperdício delas, de outro, são inevitáveis em qualquer regime, por mais rigoroso que seja, de liberdade comercial nas transações com o exterior; e não estamos em condições de nos dar ao luxo de desprezar e dispensar a menor parcela dos créditos exteriores do país que já são limitados para o que deles precisamos na tarefa da reconstrução econômica que se propõe. (...)”. Isto deve se traduzir - “num controle total e rigoroso das transações externas do país. O que somente é possível e realizável, como vimos, pelo monopólio estatal do comércio exterior”. (PRADO JÚNIOR, 1954, p. 234).

É também a necessidade de fomentar o mercado interno que está na base da proposta da Reforma Agrária - “uma política de desenvolvimento do

João Antônio de Paula

mercado interno como premissa principal da transformação econômica do Brasil encontra assim na distribuição da propriedade fundiária um de seus principais aspectos". (PRADO JÚNIOR, 1954, p. 219).

3. O conceito de desenvolvimento econômico: balanço e perspectivas

No cotejo com outras perspectivas teóricas que também buscavam construir bases conceituais e operacionais para o desenvolvimento econômico de países periféricos, a contribuição de Caio Prado Júnior tanto tem convergências, quanto discrepa do que vai caracterizar, por exemplo, a economia política cepalina. No campo das convergências citem-se as ênfases que dão às categorias da demanda como eixos dinâmicos do desenvolvimento. Também em sintonia, é a centralidade que dá ao mercado interno, a importância que reconhecem no planejamento e na intervenção estatal. No campo do discrepante destaquem-se: a) a crítica que Caio Prado Júnior faz ao que ele entende ser certo automatismo contido na posição da CEPAL, no referente à propagação do progresso técnico; b) a relativização do caráter cumulativo e linear do processo de substituição de importações; c) a forte ênfase que Caio Prado Júnior dá à necessidade de controle estrito do comércio externo e do câmbio.

As vicissitudes do desenvolvimento econômico brasileiro, desde 1954, têm dado razão a Caio Prado Júnior em muitas de suas teses. A substituição de importação, a melhoria dos padrões tecnológicos efetivamente alcançados pela economia brasileira, de fato, não alteraram a sua situação estrutural, que continuou dependente. De outro lado, a ênfase na necessidade de controle das relações econômicas internacionais do país é cada vez mais contundentemente atual. Por tudo isso, reconheça-se a justeza de se colocar Caio Prado Júnior como um dos mais lúcidos intérpretes do desenvolvimento econômico brasileiro.

A lucidez de Caio Prado Júnior, talvez, explique o silêncio que tem acompanhado a sua interpretação do desenvolvimento econômico brasileiro. Num tempo de euforia desenvolvimentista, de efetivos avanços industriais, a descrença de Caio Prado Júnior não poderia ter mesmo maior recepção. Por outro lado, a situação contemporânea - de 25 anos de crescimento medíocre, de virtual estagnação econômica - acentua a atualidade intransigente de sua visão. Veja-se em texto de Bernardo Ricupero - "o esgotamento do desenvolvimentismo, e o aparecimento de políticas liberais que buscam uma inserção subalterna numa economia mundial que se torna cada vez mais, para usar a expressão da moda, "globalizada", dota a análise de Caio de surpreendente atualidade". (RICUPERO, 2000, p. 234).

Se em 1954, Caio Prado Júnior, ao denunciar a crença na capacidade efetiva do processo de substituição de importações de promover o desenvolvimento econômico, estava dando conseqüência às suas teses. Em 1966, quando retoma o tema em **A Revolução Brasileira**, sua análise já é a constatação do acerto básico de sua visão. Diz ele – “apesar das grandes transformações por que passou a economia brasileira, e que se vêm acentuando nestes últimos decênios, ela não logrou superar algumas de suas principais debilidades originárias, e libertar-se de sua dependência e subordinação no que respeita ao sistema econômico e financeiro internacional de que participa e em que figura em posição periférica e marginal”. (...) “o mercado interno, antes inexpressivo e contando muito pouco como fator propulsor das atividades econômicas brasileiras, já se emparelha neste sentido ao externo, e começa mesmo a ultrapassá-lo em importância e significação”. (PRADO JÚNIOR, 1987, p. 91). Contudo, estas mudanças não foram capazes de superar o constrangimento estrutural que continuaria a bloquear a emancipação efetiva da economia brasileira e que se expressava naquele contexto por meio da crise das contas externas. Diz ele – “Essas contradições se manifestam, sobretudo, e agudamente, como vemos, na permanência, e até agravamento da tendência ao desequilíbrio de nossas contas externas, embora se apresentando agora sob novas formas, e implicando diretamente a ação imperialista”. (PRADO JÚNIOR, 1987, p. 92).

Se se ampliar a análise para contemplar a trajetória da economia brasileira, desde a crise da dívida externa de 1982, será forçoso reconhecer o quão pertinente e ainda mais atual se faz a tese de Caio Prado Júnior.

Para buscar servir à dívida externa, que cresceu significativamente a partir de 1981, em decorrência da elevação dos juros dos títulos da dívida pública norte-americana, o governo brasileiro adotará política de produção de superávits comerciais, cuja conseqüência mais notória foi a imposição de uma recessão renitente que, com breves interrupções, balizará a economia brasileira a partir daí. Se o crescimento da dívida externa foi resultado da ação unilateral do FED e dos credores internacionais, ressalte-se também o impacto indireto da dívida externa sobre a dívida interna, que também crescerá como conseqüência das necessidades do governo de neutralizar os efeitos dos saldos comerciais mediante a emissão de títulos públicos. De outro lado, para atrair compradores para os títulos públicos haverá elevação da taxa de juros, resultando afinal em ainda maior pressão recessiva.

É forçoso reconhecer que a recessão prolongada, que vai abater sobre a economia brasileira a partir dos anos 1980, é reflexo mediatizado do seu caráter dependente. Nos anos 1990, no contexto da implantação do Plano Real, novamente, apresentou-se, sob nova forma, a dependência externa da economia

João Antônio de Paula

brasileira. Desta vez sua manifestação concreta deu-se pelo expediente da valorização cambial, que acabou por abertura frágil da economia brasileira. Na verdade, esse processo de “vulnerabilização” da economia brasileira, sob a tutela do chamado **Consenso de Washington**, vinha do governo anterior que foi pródigo em uma abertura comercial, que indiscriminada e abrupta, afetou mesmo setores-chave da indústria brasileira. São também, do início dos anos 1990, as medidas do Banco Central, sintetizadas na conta CC5, que vão escancarar as portas para a evasão de divisas para o exterior.

De novo, tais medidas, sintonizadas com o ditado sobre a desregulamentação dos fluxos financeiros internacionais, são as mais novas manifestações de crônica vulnerabilidade externa da economia brasileira.

Desde 1990, a política econômica externa praticada pelos governos brasileiros, ao sancionar a plena mobilidade dos capitais, ao se submeter às exigências dos credores internacionais e do FMI, dá mostras de submissão absoluta ao grande capital financeiro internacional.

Mas, há ainda um outro aspecto lesivo aos interesses nacionais decorrentes desta leniência para com o grande capital. É que a vulnerabilidade externa da economia brasileira sancionada pelos sucessivos governos, desde 1990, acabou por balizar o próprio ritmo da economia que, assim, exposta ao escrutínio do capital internacional, terá que praticar juros elevados para buscar manter no país capitais que, de resto, em quantidade significativa, só estão aqui pela combinação de juros baixos nos Estados Unidos e juros altíssimos no Brasil.

Um outro lado a ser considerado aqui é que, tanto a abertura comercial quanto a valorização cambial foram defendidos pelas autoridades governamentais como instrumentos na luta contra a inflação, numa tese que levada até as últimas consequências recomendaria a desnacionalização tanto do setor produtivo, quanto da moeda nacional, talvez tomadas, por estas autoridades, como obstáculos à estabilização ótima dos preços.

Caio Prado Júnior, que morreu em 1990, não viu a comprovação veemente de sua tese quanto à permanência do caráter dependente da economia brasileira, nem a desfaçatez cínica com que esta submissão tem sido justificada e mesmo louvada por certos economistas e governantes.

Talvez Em 1966, com o seu livro **A Revolução Brasileira**, Caio Prado Júnior abandonará a tese de que o desenvolvimento brasileiro dar-se-ia nas marcas do capitalismo como fora sua posição em 1954. Há nesse processo algo que remete à discussão clássica tanto no campo do socialismo revolucionário quanto na historiografia, sociologia, economia do desenvolvimento. No campo socialista os termos do debate foram postos, exemplarmente, no contexto da Revolução Russa de 1905 e teve como grandes formuladores Lênin e Trotsky.

Em livro clássico – **Duas Táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática** – de 1905, Lênin, refletindo sobre a Revolução Russa daquele ano, vai caracterizá-la como uma Revolução Burguesa que, ainda assim, se efetivamente realizada, traria significativos avanços para a luta dos socialistas. Diz Lênin – “Não podemos sair dos limites democráticos-burgueses da revolução russa, porém podemos ampliar estes limites em proporções colossais, podemos e devemos, dentro desses limites, lutar pelos interesses do proletariado e pela satisfação de suas necessidades imediatas e pelas condições de preparação de suas forças para a completa vitória futura”. (LÊNIN, s.d., p. 38).

A tese de Lênin naquele momento, 1905, buscou enfrentar uma questão complexa que continua a desafiar a interpretação e prática. Trata-se de como considerar o conteúdo e os instrumentos de processos de desenvolvimento de sociedades “atrasadas”. No campo do pensamento marxista essa questão foi abordada a partir do reconhecimento de três grandes caminhos: a **via clássica** do desenvolvimento capitalista, que englobaria as revoluções democrático-burguesa da Inglaterra, França e Estados Unidos; a teoria da **via prussiana**, elaborada por Lênin, que abarcaria as experiências do desenvolvimento capitalista da Alemanha e do Japão; o conceito de **revolução passiva**, elaborado por Gramsci, e que explicaria o desenvolvimento capitalista italiano.

No contexto da Revolução Russa de 1905 Lênin, contrapondo-se à corrente menchevique, buscou captar a complexidade do processo por meio de uma tese que Trotsky resumiu assim – “O ponto de vista menchevique partia do princípio de que a nossa revolução era **burguesa**, quer dizer, que sua consequência natural seria a passagem do poder à burguesia e a criação das condições de um parlamento burguês. O ponto de vista dos bolcheviques, por outro lado, ainda que reconhecendo a inevitabilidade do caráter burguês da revolução vindoura, postulava a criação de uma república democrática segundo a ditadura do proletariado e do campesinato.” (TROTSKY, 1971, 2º vol., p. 219).

Afastado então tanto de mencheviques quanto de bolcheviques, Trotsky vai dar mostras de sua invulgar capacidade crítica ao questionar tanto as ilusões mencheviques quanto a ambigüidade bolchevique apontando, com rara agudeza, o seguinte: se forem os trabalhadores e os camponeses que fariam a revolução por que eles circunscreveriam as mudanças necessárias aos limites da ordem burguesa? Por que, tendo chegado ao poder, os trabalhadores estancariam a revolução limitando-lhe as transformações ao que a burguesia russa não podia nem queria realizar?

A tese de Trotsky, sintetizada na expressão **revolução permanente**, tem a seguinte formulação: “correspondentemente a suas tarefas mais próximas, a revolução começa sendo burguesa, porém logo faz com que emergem

rapidamente potentes antagonismos de classe e só pode chegar à vitória se o poder passa à única classe capaz de colocar-se à testa das massas oprimidas: o proletariado. Uma vez no poder, o proletariado não quer e nem pode limitar-se aos marcos de um programa democrático burguês. Só pode levar a cabo a revolução se a revolução se prolongar em uma revolução do proletariado europeu." (...) "O proletariado, pois, chegado ao poder, não deve limitar-se aos marcos da democracia burguesa senão que tem de adotar a tática da **revolução permanente**, quer dizer anular os limites entre o programa mínimo e o programa máximo da social democracia, passar a reformas sociais cada vez mais profundas e buscar um apoio direto e imediato na revolução do oeste europeu". (TROTSKY, 1971, 2º vol, p. 220).

O tema em questão, importante então, e ainda hoje central para realidades como a da América Latina, está longe de ter resposta unívoca e simples. Se o pensamento marxista foi, e é, decisiva matriz para o enfrentamento da questão, ela foi abordada por outras perspectivas como se vê nos trabalhos de Thorstein Veblen e Alexander Gerschenkron, que discutem algo que nos termos da teorização de Trotsky poder-se-ia chamar de desdobramentos da tese do "**desenvolvimento desigual e combinado**". Em curso paralelo, mas também influenciado pelo campo marxista, estão as teses de Karl Manheim sobre o sentido das "técnicas sociais", do planejamento como instrumentos de mudança social. Diz Manheim - "Da mesma maneira, podemos observar que a modificação daquilo que denomino "técnicas sociais", influencia o curso dos acontecimentos". (...) "Tudo isto mostra que não só as técnicas econômicas modificadas influenciam as relações sócio-econômicas primárias, e através delas toda a sociedade, mas os aperfeiçoamentos no campo das outras técnicas suplementam esta influência". (...) "A reforma social não significa construir a sociedade de novo, desde o princípio, mas observar as tendências que operam e, mediante uma estratégia bem definida, orientá-la na direção desejada". (MANHEIM, 1962, pp. 206 e 207).

Mais de uma vez Celso Furtado explicitou o quanto a obra de Manheim influenciou o seu pensamento constituindo-se, de fato, num dos núcleos de sua teoria do desenvolvimento.

Esta tradição que vê o desenvolvimento dos países atrasados, periféricos, subdesenvolvidos como alcançável mediante intervenção deliberada e planejada de sujeitos coletivos - grupos, partidos, governos - em torno de programas concretos, não é a única postura que buscou captar o fenômeno da mudança social. Contrapondo-se à tradição marxista vai se desenvolver uma corrente de opinião, que exemplarmente tipificada na obra de W. W. Rostow - **Etapas do Desenvolvimento Econômico** - profetiza um

caminho linear e inexorável para todos os países que, dotados de juízo, aceitem a boa, e para sempre inexecutável, nova da ordem burguesa.

Publicado em 1959 o livro de Rostow envelheceu em vários sentidos. As cinco etapas que ele viu necessárias e inevitáveis já então eram questionáveis, como fez a CEPAL, ao apontar que o subdesenvolvimento não se constituía num estágio anterior ao desenvolvimento mas um “**modo específico de desenvolvimento**”, desenvolvimento capitalista, lembre-se, que se de nenhum modo é harmônico e homogêneo, mesmo nos países centrais, nos países ditos subdesenvolvidos assumiria a forma de um processo estruturalmente truncado, tendente, se deixado entregue ao seu modo normal de funcionamento, a reiterar déficits no referente às diversas esferas da vida social.

Tanto a teoria das etapas de Rostow (ROSTOW, 1961), como a sociologia da modernização de Gino Germani (GERMANI, 1974), fazem parte de uma perspectiva que entende o desenvolvimento como a culminância de um conjunto de políticas e esforços de modernização. Entre esses esforços destaquem-se: os programas de desenvolvimento da comunidade; a racionalização da administração pública; a melhoria da produtividade das empresas; a racionalização ou modernização no sentido de valores, atitudes, instituições e organizações prevalentes nas sociedades desenvolvidas. (SUNKEL e PAZ, 1970, p. 33).

Esta lista de objetivos, que garantiriam a obtenção do desenvolvimento, foi, sabe-se, significativamente perseguida e mesmo, ao menos em parte, realizada em vários países da América Latina, em particular no Brasil, sem que isto tenha significado, de fato, superação do subdesenvolvimento.

É a constatação desse fato, hoje ainda mais exuberantemente provado, que autorizará as diversas perspectivas que, denunciando a teoria da modernização, reivindicaram considerar o desenvolvimento como processo de “mudança estrutural global” como fará a CEPAL, e como fará ainda mais radicalmente Caio Prado Júnior, ao postular a necessidade da **Revolução Brasileira**, entendida como “processo histórico assinalado por reformas e modificações econômicas, sociais e políticas sucessivas, que, concentradas em período histórico relativamente curto, vão dar em transformações estruturais da sociedade, e em especial das relações econômicas e do equilíbrio recíproco das diferentes classes e categorias sociais.” (PRADO JÚNIOR, 1987, p. 21).

4. Desenvolvimento econômico e revolução brasileira

João Antônio de Paula

Se a posição de Caio Prado Júnior, em 1966, é no sentido da atualidade da **revolução**, o caráter desta revolução, sua caracterização conceitual, é tratado por ele com a austeridade costumeira. Diz ele - “É nesses termos que se propõe a questão, pouco importando a caracterização e definições teóricas, desde logo, da revolução brasileira em função de situações históricas que não são a nossa e que dela se distinguem profundamente. Isto é, saber se é “socialista”, “democrático-burguesa”, “popular” ou outra qualquer”. (PRADO JÚNIOR, 1987, p. 166-167).

Mais importante para Caio Prado que a caracterização do sentido da revolução é reconhecer sua atualidade e confiar em seus sujeitos:

- “as camadas populares” (...) “excluídas e marginalizadas” (...), “realizarão em benefício do país e de seu povo em conjunto”, (...) “reformas que nos elevarão como nação, e para ela toda, aos níveis do progresso material e cultural do mundo de nossos dias; e que não se atingirão com o simples crescimento dos índices do PNB do desenvolvimentismo. Disso já temos agora uma larga experiência. Havemos de aproveitá-la.” (PRADO JÚNIOR, 1987, p. 267).

Esse último trecho citado foi escrito em maio de 1977. Desde então, mais experientes, ficamos em constatar que a superação do subdesenvolvimento não advirá do continuísmo das políticas de modernização e surtos de “prosperidade provocada por circunstâncias excepcionais e inteiramente fora de nosso alcance; logo seguidos de graves desastres. E que não chegam a efetivamente beneficiar, nem mesmo por momentos, antes pelo contrário, nada mais que reduzidas parcelas da população.” (PRADO JÚNIOR, 1987, p. 242).

Durante certo tempo, desde os anos 1960, com períodos de recrudescimento e calma, a inflação pareceu ser o inimigo central a ser enfrentado, responsável pelas mazelas e distorções do mecanismo econômico. Paralela à recorrente presença da inflação, como uma espécie de sombra que acompanha a dinâmica econômica brasileira, há uma outra presença, também insidiosa e mais virulenta, que é a crise do Balanço de Pagamentos, que de tal modo não será ilegítimo vê-las como explicitações permanentes das contradições estruturais do caráter dependente e periférico do capitalismo no Brasil.

Nos anos 1990, com o chamado Plano Real, a solução do problema inflacionário que se adotou fez ainda mais patente, e mesmo aprofundou, a vulnerabilidade externa da economia brasileira, sua dependência estrutural, seu caráter colonial dizia Caio Prado Júnior.

Até aqui as soluções adotadas para o enfrentamento tanto da inflação quanto das crises do Balanço de Pagamentos, têm se limitado a confrontar, topicamente, os dois processos, desconhecendo-os como manifestações da forma de funcionamento da economia brasileira que, recorrentemente, tem seus surtos de crescimento bloqueados pela emergência de um, de outro ou da concomitância daqueles dois processos.

A superação efetiva destes dois problemas estruturais dar-se-á no contexto da revolução brasileira que signifique distribuição da renda e da riqueza como pressupostos para o fortalecimento do mercado interno que é tanto antídoto contra pressões inflacionárias de demanda, quanto é fator de melhoria da competitividade internacional das exportações brasileiras pelos ganhos decorrentes da ampliação das escalas de produção.

Em pelo menos um aspecto a posição de Caio Prado Júnior, expressa em seu livro **A Revolução Brasileira**, merece reparo. Trata-se de sua recusa em considerar atual, em 1966, a Reforma Agrária. Se em 1954 a Reforma Agrária aparecia como parte importante do conjunto de reformas que, ampliando o mercado interno, garantiriam o efetivo desenvolvimento econômico, em **A Revolução Brasileira**, a questão central passou a ser o emprego. Diz Caio Prado Júnior – “concluindo a nossa análise relativamente à natureza e direção em que evolui o processo histórico-social atualmente em curso na economia agrária brasileira, o que nele se observa e se propõe, não é essencialmente a questão da terra. O que avulta naquele processo e constituiu seu motor e dinamismo básico são as contradições nela presentes ligados a relações e situação de emprego. É, pois, nesse sentido que se há de dirigir a ação revolucionária.” (...) “Em face do que se viu acima, um tal programa se desdobra naturalmente em duas tarefas essenciais, que se conjugam e mutuamente se completam: de um lado, assegurar a efetiva aplicação e promover a ampliação e extensão da legislação rural trabalhista destinada a conceder ao trabalhador empregado um estatuto material e social adequado. De outro lado, trata-se de ampliar os horizontes de trabalho e emprego oferecidos pelas atividades econômicas do país, de maneira a assegurar ao conjunto da população trabalhadora, ocupação e meios regulares de subsistência”. (PRADO JÚNIOR, 1987, pp. 152-153).

Muito já se escreveu sobre o equívoco dessa tese de Caio Prado. Ele existe e é tanto mais claro quanto se reconheça a legitimidade e a força do MST e dos outros movimentos pela Reforma Agrária.

É possível entender o equívoco de Caio Prado sobre este tema como derivado de duas fontes. De um lado Caio Prado, como outros antes e depois dele, parece ignorar as teses de Chayanov quanto ao caráter permanente, isto é, estrutural da economia camponesa. Para Chayanov é preciso considerar a economia camponesa não como algo incompleto e transitório que “pede para se

João Antônio de Paula

acabar". A economia camponesa, teria, por esta perspectiva, perenidade, estabilidade e capacidade de reprodução que devem ser levados em conta. Isto significa reconhecer a economia camponesa como estrutura capaz de se reproduzir com relativa autonomia das relações mercantis, isto é, pela hegemonia da tríade **valor-de-uso-riqueza-reprodução** vis-à-vis o que prevalece nas relações mercantis que são marcadas pela tríade **valor-de-troca-capital-acumulação**.

Uma conseqüência importante a ser extraída daqui é quanto a sintonia desta realidade da economia camponesa no contexto da busca de formas alternativas de propriedade, produção, gestão e consumo solidários e populares, anticapitalistas enfim.

Uma outra fonte do equívoco de Caio Prado é sua subestimação, naquele momento, 1966, da situação da heterogeneidade social, setorial e regional da estrutura agrária brasileira, que recomendava então, e recomenda ainda mais fortemente hoje, que se buscasse entender e apresentar propostas para o enfrentamento da questão agrária brasileira a partir da idéia de um **mosaico**, onde tanto se colocam **questões-regiões** que demandam a luta pela Reforma Agrária, quanto estão presentes realidades que exigem outras formas de atendimento dos interesses dos trabalhadores como garantia de emprego e de direitos sociais e previdenciários, e mesmo a socialização dos meios de produção.

Se a visão de Caio Prado, em 1966, mudou no referente à questão da Reforma Agrária, tal como posta em 1954, no essencial **A Revolução Brasileira** reitera os argumentos centrais do livro anterior. **A Revolução Brasileira** proposta deve dar um rumo às "transformações sócio-econômicas potenciais, a fim de levar o Brasil à superação de seu presente estágio de uma economia ainda profundamente marcada pelas circunstâncias e vicissitudes de sua formação colonial, e que se revelam de maneira particularmente sensível e oferecendo maiores óbices ao desenvolvimento, nos baixos padrões materiais e culturais da massa da população do país. É disso que se trata, isto é, de um programa de reformas" (...) "Tratar-se-á, dentro da planificação e direção gerais das atividades econômicas, em que se combinarão as iniciativas e empreendimentos públicos com a iniciativa privada, devidamente controlada e orientada, de visar sempre, e em primeiro e principal lugar, a elevação dos padrões materiais e culturais da massa da população, e a satisfação de suas necessidades, a começar pela principal delas no momento, e em regra geral tão mal atendida, que é segurança para todos de ocupação e trabalho com remuneração adequada". (PRADO JÚNIOR, 1987, pp. 166-167).

Lembrar Caio Prado Júnior, comemorar os cinquenta anos de seu livro **Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira**, é oportunidade para

Caio Prado Júnior e o desenvolvimento econômico brasileiro

reafirmar que não haverá efetivo desenvolvimento econômico senão no contexto de um processo de distribuição da renda, da riqueza, do poder e da informação.

Referências bibliográficas

- D'INCAO, Maria Angela (Org.). **História e Ideal**. São Paulo, UNESP/Brasiliense, 1989.
- FURTADO, Celso. **A Economia Brasileira**. Rio de Janeiro, A Noite, 1954.
- GERMANI, Gino. **A Sociologia da Modernização**. trad. port., São Paulo, Mestre Jou, 1974.
- HOBBSBAWM, Eric. **Os Trabalhadores**. trad. port., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- IGLÉSIAS, Francisco (Org.). **Caio Prado Júnior**. São Paulo, Ática, Grandes Cientistas Sociais, nº 26, 1982.
- LANDES, David. **Riqueza e Pobreza das Nações**. trad. port., Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- LÊNIN, V.I.U. **Dois Táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática**. trad. port., São Paulo, Editora Livramento, s.d.
- MANHEIM, Karl. **Sociologia Sistemática**. trad. port., São Paulo, Pioneira, 1962.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira**. São Paulo, Urupês, 1954.
- PRADO JÚNIOR, Caio - **A Revolução Brasileira - 7ª edição**, São Paulo, Brasiliense, 1987.
- RICUPERO, Bernardo. **Caio Prado Jr. e a Nacionalização do Marxismo no Brasil**. São Paulo, Editora 34, 2000.
- ROSTOW, W.W. **Etapas do Desenvolvimento Econômico**. 2ª edição, trad. port., Rio de Janeiro, Zahar, 1965.
- SANTOS, Raimundo. **Caio Prado Júnior na Cultura Política Brasileira**. Rio de Janeiro, MAUAD, 2001.
- SUNKEL, Osvaldo e PAZ, Pedro. **El Sub desarrollo Latinoamericano y la Teoría del Desarrollo**. México, Siglo XXI, 1970.
- TROTSKY, Léon. **1905. Resultados y Perspectivas**. trad. esp., 2 vols., Madrid, Ruedo Ibérico, 1971.